Toixo, n. h., 1258. Inq. 410, 2.ª cl.
Toixo (Castinario de), geogr., 1258. Inq. 664, 1.ª cl.
Tojale, geogr., 1258. Inq. 594, 2.ª cl.—Id. 672.
Tojaría, geogr., 1258. Inq. 665, 2.ª cl.
Tojarie, geogr. (?), 1258. Inq. 652, 1.ª cl.
Tola, geogr., 1258. Inq. 370, 2.ª cl.
Tolegidi, geogr., 1098. L. Preto. Dipl. 530.
Tolimn, n. h., 936. Doc. most. Moreira. Dipl. 25, n.º 41.
Tollo, n. h., 1098. L. Preto. Dipl. 521, n.º 876.
Tolóes e Toloões, geogr., sec. xv. S. 205.
Toloes e Teloes, geogr., 1220. Inq. 250, 2.ª cl.
Tolones, geogr., 1255. Leg. 654.
Tolosa, villa, 1262. For. Tolosa. Leg. 701.
Tolperiz, geogr., 1258. Inq. 369, 2.ª cl.
Tolquedos, geogr., 1258. Inq. 554, 1.ª cl.
Tolquito. Vidé Dalquido.
Tomar, villa, 1162. For. Tomar. Leg. 388.—Id. 401.—S. 169 e 360.—Azurara, Chr. da Guiné, p. 60.
Tomás, app. m., sec. xv. S. 204.
Tome (villa sancti), 1050. Doc. most. Moreira. Dipl. 229.—Id. 317 e 446.
Tomino (Casal de), geogr., 1258. Inq. 351, 1.ª cl.
Tomio. Vidé Thomio.

(Continua).

A. A. Cortesão.

Miscellanea

1. Commercio de livros

O nosso país exportou no anno findo 147:280 quilos de livros impressos, no valor de 60:401:5000 réis. No anno precedente havia exportado 113:608 quilos, no valor de réis 51:723:5000 réis.


(Do Diario de Noticias, de 8 de Setembro de 1909).

Nota.—Em mil oitocentos quarenta e tantos publicou Silvestre Pinheiro Ferreira uma Breve observação sobre a legislação que regula o direito de importação dos livros portugueses, Lisboa, na Imprensa Nacional, 4.ª de 3 pp. Ao mesmo autor devemos as Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar os cata-

2. Uma galeria de quadros

«Senhor — Representou a V. Mag. de por esta Meza Maria Caetana de Mendonça em sua petição: Que por diversas execuções Fiscaes que se faziam a seu irmão Antonio Soares de Mendonça por dívidas pessoaes de que a major parte procedera de fianças e abonações estavão penhorados diversos moveis, alfayas, tapeçarias, pinturas muito valiosas e muitas dellas originaes, tremós e couzas semelhantes que ficaraõ por deposito particular, e que as maes dellas erão da suplicante que lhe couberão em partilhas judiciaes; e contra as poucas que respeitavão a herança do dito seu irmão, tinha a suplicante açoes e interesses: E porque no cazo que todos ou parte dos ditos objectos viesssem ou padaes vir a dar resultados, convinha reciprocamente, que o fossem em Leilão publico, dentro das mesmas cazes da Quinta do Campo pequeno, em que estavão e em cujas paredes estavão pregadas as tapeçarias e algúa dellas de sedas, e em que estavão penduradas as muitas pinturas: o que tudo não podia vir a Praça publica, nem guardar-se nos Almazens dos Depósitos sem grande deterioração, risco e despeza vindo de tanta distancia».

(Desembarço do paço, Côrtes, maço 2119, n.º 28, em 1786).

Nota.—Antonio Soares de Mendonça, apesar de penitenciado na sua mocidade pela Inquisição, foi dos primeiros christãos-novos que receber dum habita da Ordem de Christo. Era parente do celebre medico Ribeiro Sanches e juntou bella biblioteca que foi dispersa provavelmente por essa epoca.

Quando morreu estava bastante individado por motivo de descaminhos à Fazenda Publica, deixando ainda assim a sua irmã a quinta da Romeira, no Alfeite. (Desembarço do Paço, maço 813, n.º 30).

Veja-se Innocencio, Dicionario, t. 1, p. 5 e t. viii, p. 6, bem como a 2.ª edição do Elucidario de Viterbo.

3. Mina de carrão de pedra no Estoril

«... depois de muitas tentativas, descubrirão [Henrique Fernando Wagner e C.], proprietarios de hua Fabrica de chitas no lugar de Tires, termo da villa de Cascaes] finalmente evidentia signaes de hua mina do dito Carvão de pedra em distancia de hua legoa de sua Fa-
brica na costa do mar entre as rochas contiguas a hum baldio adiante do convento de Santo Antonio pera a parte da villa de Cascaes . . . .

(Liv. xxvIII do Registo de Consultas da Junta do Commercio, fl. 126 v).

Nota.—Esta noticia tem valor para a historia montanistica de Portugal e nesse intuito é que a recolhi aqui.

4. «Portus» de Portugalia

Num documento de Julho de 1290 (1252) encontra-se como testemunho Domicus Durã de portu portugalie. Este documento está no primeiro pacote do maço innumerado de Vairão.

5. Destruction d'archives

Lors des récentes inondations à Paris, un certain nombre de liasses de comptabilité, déposées dans les archives de la cour des comptes, ont été complètement immergées et souillées. Le gouvernement, sur l'avis du conseil supérieur d'hygiène publique, demande à la Chambre l'autorisation de détruire ces documents qui intéressent un grand nombre de services et s'étendent de 1868 à 1907.

(Le Petit Journal, de 27 de Março de 1910).

6. Contra o roubo de sepulturas na Prussia

«O projecto de lei de protecção a monumentos protohistoricos e sobre excavações e achados de antiguidades foi concluída agora pelos ministerios interessados e deve ir, depois de revista pelo ministerio do reino, ao Landtag. A lei tem por fim, no interesse da conservação dos achados das excavações para o publico, obstar aos remechimentos dos ladrões. Para isto é criada em todos os districtos administrativos a comunicação obrigatoria, de que resulta que a aprovação das excavações d'esta especie só pode ser permitida pelos presidentes do governo (governadores civis). Por esta forma alcança-se que a busca e excavação de descobrimentos protohistoricos fiquem entregues ás estações, que se tem occupado até agora scientificamente com ellas e as podem fazer accessiveis ao publico. Como taes, vem em primeiro logar os museus, ao passo que os conservadores provinciais e as administrações districtaes ficam preteridos. Os roubos de sepulturas, que por lei hão de ser evitados no sentido mais lato, são praticados como se sabe a mais das vezes pelos comerciantes».

(Berliner Tageblatt, de 25 de Janeiro de 1910).
7. Cartorio da igreja de Nossa Senhora de Almada em 1558

«item. visiyou o visytador A arca do cartorio que estava na sao-
eristia tem tres fechaduras com tres chaves hía o prior, outra hum
beneficiado a outra hum beneficiado de Sao Tiago e achou quatro-
centas setenta e oito escreturas de pullgaminho, velhas e novas allgúas
confirmadas por dom prior e ho ordinario e hú livro de purgaminho
em que estauão escritas nouemta e sete escreturas dos foros das
Igrejas, e as maes destas não pagauão a Igreja e as fez o visytador
enxeectar».

(Codice 195 do Cartorio de Palmella, fl. 53).

8. Venda de objectos do Museu Nacional

A secção permanente do Conselho Superior de Instrução foi de
pareeer contrario á venda de certos objectos pertencentes ao Museu
Nacional das Janellas Verdes, estabelecendo tambem que, nenhum
objecto ali existente poderá alienar-se sem o voto afirmativo da Aca-
demia das Bellas Artes.

(O Seculo, de 24 de Janeiro de 1909).

Nota.—É interessant comparar aquella iniciativa com o conteúdo do artigo
19.º do regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa, de 29 de Janeiro de 1908:
«Os volumes truncados, rasgados, os papeis avulsos ou em tal estado de de-
struição que não sirvam, ou não possam ser aproveitados, serão apartados pelo
director, auxiliado por dois conservadores, e inventariados como tal. § 1.º Este
inventario será submetido ao conhecimento do bibliotecario-mór, que o levará
à consideração do Ministro do Reino, propondo qual o destino que julgue con-
veniente dar-lhe. § 2.º Se a decisão for pela venda, far-se-ha em hasta publica,
por intermedio do chefe da contabilidade da secretaria geral».

Como pode succeder que numa biblioteca se possa dar tal acumulação de
livros inutilizados? Ainda isto se explicaria se a de Lisboa fosse uma biblioteca
popular, como as alémia ou inglesas, com aturados empregistas, e de que as
nossas municipaes são apenas sombra. As condições da casa e a vigilância da
sala da leitura serão insuficientes para a conservação dos livros? Em todo o caso
é lamentavel tal articulado, sem justificação.

9. Como se lia em Portugal no fim do sec. XVIII

«Todos os escritos, que fomentam superstíçoes, podem aqui ser
impressos e postos á venda sem impedimento algum; mas, pelo que
diz respeito á importação regular de livros estrangeiros em Portu-
gal, ignoro como as coisas se passam.

A maneira mais usual e menos embaraçosa empregada pelos par-
ticulares parece ser o contrabando. Toda a gente, sem por isso incorrer
em censura, pôde ler e possuir livros proibidos; ninguém faz inquêritos a tal respeito. Mas se algum particular, mesmo estrangeiro, cae na asneira de declarar na alfandega os livros que mandou vir, é de recear que tenha de esperar por elles longo tempo, e até, talvez, de ficar sem alguns, sobretudo se dizem respeito a Portugal. O Intendente da Policia, receando —não sem motivo—, que nelas se falle da sua pessoa ou dos seus actos, procura por todos os modos impedir a introdução no país d'esses escritos, considerados attentatorios.

Os livros de que aqui me sirvo, segundo presumo, nunca passaram pela alfandega; do contrario não me teriam chegado ás mãos sem reclamações e dificuldades, o que não vale a pena se se não trata de porções consideraveis. Quando alguém deseja qualquer livro do estrangeiro, costumam os marinheiros encarregar-se de o trazer e de o fazer chegar ao seu destino.

O francês M. de Meaussé, que montou aqui um gabinete de leitura, recebe ordinariamente quantos livros quer, mas não lhe é permitido consentir que os naturaes do país se aproveitem d'elles. Esta restricção porém é illudida por intermedio do que se chama—um terceiro.

Assim, por exemplo, se uma senhora da sociedade deseja ler qualquer volume d'essa livraria, como lhe é defeso pedi-lo emprestado, encarrega d'esse servizo qualquer estrangeiro e está o negocio feito.

Ao gabinete é licto fornecer para leitura, além de outros livros da mesma indole, a obra, —proibida em muitos paizes—, conhecida pelo titulo: «Mémoires secrétes sur la Cour de...» uma corte que recentemente se achou em estreitas relações de amizade e parentesco com Portugal.

Nas livrarias tambem se vendem livros proibidos: estes porém não se encontram expostos nas estantes com os outros, são vendidos sem testemunhas e saem naturalmente mais caros que aquelles cuja circulação é permitida.

Entre as melhores livrarias da cidade deve assignalar-se a da "Viuva Bertrand & Filhos", situada um pouco acima do Chiado. A proprietaria é francesa. A livraria portuguesa estabelecida no Terreiro do Paço, —onde se vende a gazeta do Reino—, é pequena; no entanto encontram-se lá quasi todos os livros portugueses mais modernos. Existem tambem diversas livrarias ambulantes, expostas durante

---

1 Em Hespanha não é raro a Inquisição confiscar os livros que os senhores inquisidores desejam ler ou possuir.—N. do A.
o dia nas praças e nas ruas, e compostas em geral de 3 ou 4 estantes reunidas. Nelas porém não se encontram senão livros velhos e alfarрабios, já sem procura, a não ser para algum pobre diabo que por preço irrisorio deseje dar-se o luxo de uma livraria. Mas por acaso, de tempos a tempos, sempre aparece por lá algum livro bom.

A gazeta do reino, que se publica três vezes por semana, é bastante magra; além de algumas incompletas notícias do estrangeiro, contêm apenas as mais importantes promoções internas, e 3 ou 4 anúncios. De resto, todas as publicações oficiais e anúncios como os que entre nós enchem as colunas do «Stockholms Dagligt Allehanda», são aqui affixados nas esquinhas das ruas. Acontece porém que às vezes os serviços incumbidos d'esse trabalho não sabem ler, de fôrma que, não raro, anúncios e publicações oficiais aparecem colhidos às aves-sas, de pernas para o ar, tornando-se por isso a sua affixação perfeitamente inutil».


10. O palacio de Queluz—Um museu de arte

A direcção da Academia dos Estudos Livres entregou hontem ao Sr. Ministro das Obras Publicas uma representação em que advoga a ideia de transformar o palacio de Queluz num museu de arte do sec. xviii. É um pedido justo que deve merecer toda a atenção dos poderes publicos.

Eis os termos da alludida representação:

«Ill.mo e Ex.mo Sr. A direcção da Academia dos Estudos Livres, em cumprimento do desejo manifestado pelos socios, que visitaram o palacio real de Queluz na tarde de 25 do mês silve e ficaram impressionados com a magnificência do primeiro estilo francês «rocaille» do sec. xviii, tão brilhantemente empregado pelos eminentes arquitectos d'aquella obra-magistral, Mateus de Oliveira e Jean Robillon, tanto nas fachadas externas como alguns dos preciosos salões, vem respeitosamente secundar o voto da illustre Sociedade dos Architectos Portugueses, pedindo que seja aquelle palacio restaurado na parte damnificada e nelle estabelecido um museu de artes decorativas do mesmo sec. xviii, comprehendo peças de mobiliario, de ourivesaria, de vestuário, louças, azulejos, miniaturas, tudo, emfim, que possa servir para o estudo de uma época tão notável na arte.

Lisboa e sede da Academia dos Estudos Livres, 4 de Agosto de 1909.—A direcção: Antonio Francisco Marques, Antonio Joaquim de Sá Oliveira, Damião Duarte, Francisco Bernardino Cardoso, Hen-
rique Pedro Ribeiro de Sousa, Joaquim Bento da Costa, Joaquim Cardoso de Oliveira Gonçalves e José Vieira dos Santos».

(Do Diário de Notícias, de 26 de Agosto de 1909).

Nota.—Transformá-lo em Museu, sim; mas do sec. xviii é difícil ou impossível. É sempre melindroso fazer classificação tão circunscrita.

11. O mosteiro de Almoster

Almoster, 8.—C.—O temporal causou grandes estragos no antigo convento das Bernardas, desta localidade. Uma parte das casas onde ao tempo estiveram instalados os dormitórios, e que hoje pertencem á Condelaria Nacional, desabou com fragor, hoje, pelas 8 horas da manhã, não victimando por um pouco uma sobrinha do guardia do mesmo edifício, que ali dormia e que se havia levantado momentos antes.

Todas as casas que formavam o antigo mosteiro ficaram sensivelmente arruinadas, especialmente aquellas em que estão instaladas as escolas oficiaes.

(Do Seculo, de 10 de Novembro de 1909).

Nota.—O antigo mosteiro de Almoster teve a sorte do mosteiro de Santa Clara de Santarem; e o mesmo terá, se a não teve já, o da Castanheira do Ribatejo. Assim vão desaparecendo os edifícios monacais que seria bom conservar, alguns pelo menos, no estado primitivo, não para os restabelecer, mas para esclarecimento da historia da civilização. Não é só a arte que tem valor.

12. Medalhas e um relogio do sec. XVIII

«... na Historia se ve a pureza da Lingoa, se falla com os termos mais proprios das Artes, e das Sciencias e se examina e descobre a verdade dos Monumentos, a inteligencia das Medalhas e a significação das Inscripções».

«Copia da carta que o Ex.mo Senhor Dom Luís da Cunha escreveu em resposta á do Marquez de Alegrete em 10 de Março de 1723», nas Cartas para a corte do anno de 1723, tom. xxi, ms. da Torre do Tombo).

«Remetto a V. S.ª a carta que me escreu de Souly para se escusar de não ter acabado a Pendula no tempo prometido, e pela mesma Carta verá V. S.ª o que diz a respeito das suas obras, sobre as quaes S. M. ordenara o que for servido á vista da custa, resposta que lhe pede que vai a copia».

«Ofício para Diogo de Mendonça, de 29 de Janeiro de 1728, de D. Luís da Cunha, assistente em Bruxellas», nas Cartas para a corte, do anno de 1728, fl. 4).
«Eu dezejey ter em bom commodo a Historia metalica de El Rey Luís XIV, ou para melhor dizer as medalhas que a compoeem, pello que Mr. Hermand me ofereece a que V. S.ª vera da sua carta; mas o meu estado por tirar as suas circunstancias já me não permite esta curiosidade; e assim se V. S.ª a quiser, se bem que supponho que já a terá, pode V. S.ª mandar ordem a Estevão Lejoy para que a receba e a pague pello preço que o dito Hermand refere».

(De 1 de Fevereiro de 1726. *Idem*, fl. 18).

13. Antiguidades de Lourinhã e Olho Marinho

Proximo do castello da villa da Lourinhã foi encontrado ha mais de quarenta annos um jogo de bola (bolas e paulitos) incompleto, feito de ouro.

No sitio do Olho Marinho tem aparecido em varias occasiões panelas com dinheiro antigo de cobre e outros objectos, o que faz suppor aos moradores do logar a existencia de uma cidade.

14. A Fonte dos Amores em Coimbra

No maço 5 do cartorio de Santa Clara de Coimbra encontra-se um instrumento de aforamento, feito em 24 de Setembro de 1543, com o n.º 16. O aforamento que se fez foi de um olival situado por detrás do referido mosteiro à fomte dos amores. As referenciais mais recentes à Fonte dos Amores encontram-se nos livros dos Srs. Vieira Natividade, Ignez de Castro e Pedro o Cru, e Faustino da Fonseca, *Historia e Lenda de Ignez de Castro*.

15. Sacavem


16. O Arco de Santo André

Do illustre escritor e investigador infatigável Sr. Visconde de Castilho recebemos a seguinte carta, de que muito gostosamente damos a immediata publicidade:

«Sr. redactor: Permita-me V. que o tome para confidente da magua que sinto ao acabar de saber que se projecta a demolio do Arco de Santo André. Ouço que é para commodidade da linha do elevador da Graça."
Nada mais benemérito do que é a Companhia que instaurou e mantém esse melhoramento dos ascensores mecanicos; os serviços que tem prestado, toda a Lisboa os reconhece e louva certamente; mas há considerações que por si mesmas se impõem quando se trata de benefícios materiais. O velho Arco de Santo André protesta em nome do passado, por que se acha intimamente ligado com a História de Portugal.

Não é aqui o lugar de descrever a cerca de el-rei D. Fernando I, cinta de pedra levantada como por milagre desde 1373 até 1375, sendo director da construção João de Almada; basta lembrar que essa cerca livrou da invasão castelhana a cabeça da monarquia.

Não lhe valeu essa circunstância; a ingratidão de successivas vericações tem vandalizado o que restava d’essa couraça de pedra; as suas portas desapareceram: a da Cruz, para a passagem da estatua equestre em 1775; a de Santo Antão, para a entrada solemne do Marquês de los Balbazes em 1728, etc., etc., etc. Resta a da Mouraria (Arco do Marquês de Alegrete), e resta a de Santo André. Esforcemos por preservá-las de total destruição. Estes padrões assim nobilitam uma cidade; são documentação preciosa dos seus feitos; melhoram a alma popular; mantém o fogo sagrado do patriotismo.

É bem de esperar que a ilustrada Companhia desista do seu propósito; e é probabilissimo que, no próprio momento em que se celebra o centenário de Alexandre Herculano, a vereação lisbonense, a frente da qual se acha um elevado espírito, um historiador emerito, um estudioso como poucos, e um mantenedor das tradições nacionaes, não consinta mais essa profanação 1.

Pelo lado propriamente historico haveria aqui imenso que dizer, descrevendo factos interessantes de cinco seculos. Essas considerações mereceram a algumas antigas camaras muita atenção, desde o «inventario de diligencias» de 1509, até o «alvará» de 1772. Tenho fé em que esta Camara actual escutará attenta essas tradições.

Pelo lado material, é muito de reectar que a demolição do Arco vá comprometer a segurança do palácio de S. Ex.ª o Conde da Figueira, vivenda historica ali erguida desde o sec. xv, e um dos rarissimos exemplares que ainda nos restam das edificações nobres da vetusta Lisboa.

Confio em que, tanto a Companhia como a Camara, se compenetreem do caso, e não deixem o miserável espectaculo do desrespeito àquelle veterano sem salario, àquelle pobre Arco inoffensivo, que nada nos pede,

---

1 É uma justa referencia ao Sr. Anselmo Braamcamp Freire, que mantem ha sete annos o Archivo Historico Português.
senão que o deixemos continuar a ser o que sempre foi: testemunha calada e eloquente de glórias da cidade. Quando lá fora tanto se venera o passado, não de Lisboa mais uma prova de tradicional menosprezo aos seus próprios brasões.

O Diário de Noticias certamente advogará esta boa causa como ha quarenta annos tem advogado tantas outras. A «Comissão dos Monumentos Nacionaes», e a «Real Associação dos Archeologos», hão de sem dúvida levantar a sua voz.

Inspire-os a sombra de Herculano,
Lumiár, 14 de Março de 1910.
Sou, Sr. redactor, de V. etc., Julii de Castilho. 
(Do Diario de Noticias, de 16 de Março de 1910).

17. Insignias municipaes

As armas e as bandeiras de Lisboa.— Conferencia historica pelo Sr. Major Santos Ferreira

Na sede da União Christã da Mocidade, Rua das Gaivotas, ao Conde Barão, effectuou hontem o Sr. Major Santos Ferreira, perante numero dos auditório, a sua anunciada conferencia sobre insignias municipaes e especialmente sobre as armas e as bandeiras de Lisboa.

Esse trabalho, muito interessante, veio completar —por assim dizer— um outro que S. Ex.ª ha tempos brilhantemente tratou na sede da mesma instituição, sobre o escudo de armas de Portugal, e do qual fez desenvolvido extracto o Diario de Noticias.

A organização dos municipios.—Foraes e insignias

O illustre official do exercito, apresentado ao auditório com palavras de merecido elogio, prorferidas pelo Sr. Rodolfo Horner, digno secretario da União Christã da Mocidade, começou por se ocupar da organização dos municipios, sustentando que ella derivou mais das exigencias locaes e do contacto com os Arabes do que da tradição do municipio romano.

Referiu-se em seguida S. Ex.ª aos foraes e ás insignias que os municipios adoptaram —arma e bandeira— ocupando-se tambem dos pelourinhos, manifestando dúvidas sobre se elles eram ou não a insignia municipal.

Tratou depois da origem dos escudos de armas, que procedem ou das armas do reino, nas terras realengas, ou das armas dos donatarios, nas terras de particulares, ou das insignias das ordens militares, nas terras a que estas pertenciam, ou, emfim, de circunstancias locaes, como a resistencia de um castello, de uma ponte, etc.
As armas de Lisboa e a tradição

Ocupando-se especialmente das armas de Lisboa, o illustre conferente disse ser antiga tradição que elas representam o navio que trouxe do Algarve as reliquias de S. Vicente. O orador vê nesta tradição uma tentativa para se explicar aquillo a que explicação não se encontrara, e demonstra que de tempos antiquíssimos a insignia de Lisboa devia ser um navio, pois tal era o distintivo de todos os portos marítimos da Península, como facilmente reconhece quem consulta a colleção das medalhas romanias. A despeito do navio ser distintivo uniforme dos portos marítimos, havia diferenças no desenho de cada um, tanto no que respeitava ao apparelho, como á disposição de pequenos acessórios nauticos nelles contidos. Um dos acessórios mais notaveis dos antigos navios de alto porte era o «corvo», maquina de guerra inventada por Duilio e da qual nos deixou minuciosa notícia a obra de Polybio.

Era essa machina situada á proa do navio e tinha a collocação no acto da abordagem.

A tradição devia ser, pois que a insignia de Lisboa era uma nau com um «corvo» à proa e porventura uma aguia á ré, como se via em todos os navios romanos.

De aqui a natural passagem para um caso milagroso que deu ao «corvo» de Duilio asas e bico, que aquelle não tinha.

Outras armas municipaes.—As côres da bandeira de Lisboa

S. Ex.ª adiciona ainda varios outros exemplos elucidativos do assunto, tomados das armas de Coruche, Albufeira, etc.

O illustre conferente tratou sucessivamente das côres da bandeira de Lisboa, branca e preta, de cuja existencia poucos sabem, e manifestou o seu vehemente desexo de que na nossa capital se seguisse o exemplo das cidades de outros países, onde se arvora em dias festivos a bandeira do municipio.

(Do Diario de Noticias, de 30 de Novembro de 1907).

Nota.—O culto de S. Vicente é, parece-me, de origem francesa ou provençal. O Vincentius latino daria em portuguez Vicengo (cfr. Vicencia) e não Vicente, nome este que é derivado do francês Vincent. Sabe-se que com a conquista de Lisboa

por D. Afonso I se introduziu logo o culto do santo, o que não admira por nella tomarem parte grande numero de cruzados, muitos dos quaes se estabeleceram na cidade, quer na qualidade de ecclesiastics, quer na de colonos, segundo a tradição.

18. O convento do Barró quasi destruído—Os educandos conseguem fugir pela capella

S. Martinho de Mouros, 31.—C.—Acaba de ser reduzido a cinzas a fachada principal do convento do Barró, sendo os prejuizos enormes. Não houve, felizmente, victimas que lamentar, conseguindo o grande numero de educandos que tem fugir pela capella.

Aderam roupas e mobiliás.—E.

Lamego, 1.—T.—No sabbado foi pasto das chammas o antigo convento do Barró, sem comtudo haver desgraças pessoas. Os prejuizos são avaliados em muitos contos de réis.

(D-O Seculo, de 2 de Abril de 1906).

19. A fréguesia de Nossa Senhora dos Anjos

O visitante de Lisboa que, saindo do Rocio —actualmente com a denominação Praça de D. Pedro,— se dirija para o bairro oriental, e, passando pela Mouraria, entre, um pouco mais a cima na Rua do Boiformoso, hoje Bemformoso, e, portanto, no perímetro da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, venha, pelo Intendente, até a moderna Avenida D. Amelia, e d’aqui passe a Arroios, não pensará, talvez que todo aquelle vasto terreno recortado de ruas, onde se encontram edifícios de boa arquitectura, era no tempo de D. Fernando I campos de semeadura, olivedos, alguns cases, hortas e quintas, e que os Mouros espalhados em tortuosas vielas no sitio da Mouraria, fora das portas da cidade, tinham nos fornos do Tijolo, o «almocabar», isto é, o seu cemitério. Pois assim era.

A cidade circunscrevia-se no espaço, então considerado bastante extenso, marcado pelo rei cognominado «o Formoso».

Mais tarde, no reinado do cardeal D. Henrique, arcebispo de Lisboa, «O Casto», tendo aumentado a população e achando-se construída a capella sob a invocação de Nossa Senhora dos Anjos, que era dependente da freguesia de Santa Justa, foi a mencionada capella, em consequência do incomodo que os socorros spirituases a tão distantes moradores occasiavam aos padres de Santa Justa, elevada a matriz, ficando desannexada da referida freguesia, sendo depois no reinado de D. Filipe III, «O Grande», ampliada com o dinero produzido de 5 por cento dos alugueres das casas existentes na mesma parochia.
Assim menciona o padre João Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal* impresso em 1748.

Havia nesta igreja, diz igualmente o padre João Baptista de Castro, uma collegiada com 11 capellães, a irmandade do Santíssimo com 2 capellães, a das almas com 14, a de Nossa Senhora da Conceição com 1, a confraria dos Anjos com 1 e a de S. João Baptista com outro.

Da capella-mór foi padroeiro D. Francisco de Sousa, capitão da guarda de Sua Majestade e presidente da mesa da Consciência.

O velho templo de Nossa Senhora dos Anjos, que dentro em poucos meses será substituído pela nova igreja levantada a expensas da Camara Municipal na Avenida D. Amelia para o proseguimento das obras da mesma Avenida, é de uma só nave. No subterrâneo da capella-mór tem a nobre casa de Linhares, por propriedade, o seu jazigo.

Junto á sacristia e ao Regueirão dos Anjos, no local atravessado pela Avenida, existia o cemiterio da freguesia.

O templo foi destruído pelo terremoto de 1775 sendo restaurado em 1788. É revestido de antiga obra de talha dourada, tornando-se notável a que embelze a capella-mór e os altares. No tecto admiram-se algumas telas referentes a assuntos bíblicos e á vida de Christo. Por sobre o arco da capella-mór existe uma bonita capella do Senhor Jesus. Tem duas sacristias, numa das quaes se conserva uma tela com o retrato de Santo Antonio que se presume ser autêntico.

A nova igreja, começada a construir em 13 de Fevereiro de 1889, tem interiormente as mesmas dimensões da antiga igreja. O edificio é, porém, com as suas dependencias, maior; e a arquitectura, muito superior e com excellentes linhas, é agradável. A planta foi delineada pelo Sr. José Luís Monteiro, arquitecto da Camara Municipal.

O distrito da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos era muito extenso, e a este respeito são curiosíssimas as informações que nos fornece o padre Antonio Carvalho da Costa, do habito de S. Pedro e matemático, na sua *Chorographia Portuguesa*.

Cabe aqui dizer que o primeiro volume da mencionada obra, oferecido a el-rei D. Pedro II, «O Pacifico», foi impresso em 1706; o segundo volume, oferecido a el-rei D. João V, «O Magnanimo», imprimiu-se em 1708; e o terceiro, oferecido á Srerisíssima Senhora D. Mariana de Austria, rainha de Portugal, imprimiu-se em 1712.

Em 1868 fez-se segunda edição, a qual foi impressa na typogra-
phia de Domingos Gonçalves Gouveia, na Rua Nova, da cidade de Braga.

O distrito da freguesia era, como dizemos, extenso. Começava no posto, Arco de Santo André, que era uma das portas da cidade, e estendia-se à quinta da Fonte do Louro, e entre outras estradas e quintas devemos mencionar a alçada de Santo André, Rua da Oliveirinha, Oarias e suas ruas alçadas e travessas, Rua do Boiformoso com as suas travessas, os Fornos do Tijolo, o lado esquerdo da estrada da Penha de França, e as quintas do mesmo lado até a da Fonte do Louro; a rua a seguir à igreja até o logar de Arroios, a Bemposta, parte da Carreira dos Cavallos, hoje Rua Gomes Freire, alçada do Avalade até o Arco do Ceço, Rua do Sol, as quintas na estrada da Charneca até a quinta denominada Lagares de El-Rei, que pertenceu a D. Lourenço de Almeida.

Foi dado à quinta o nome de Lagares de El-rei por nella se fabricarem, no reinado de D. Filipe II, «O Pio», os vinhos destinados às armadas reais.

Existiam no distrito muitas ermidas, não poucas dentro de quintas, de algumas das quais nem vestígios restam; outras, porém ainda se conservam abertas ao culto. Entre as numerosas ermidas mencionamos as seguintes: de Jesus Maria José, no sitio da Bemposta; de Santa Barbara, no largo da mesma denominação; de S. João Baptista, na quinta das Ameias, estrada de Sacavém; de Nossa Senhora do Resgate de S. Gens, bispo de Lisboa; do Espírito Santo, numa quinta situada a Arroios e que pertenceu a Luís Joseph de Vasconcellos; de Santo António, na quinta dos Aecyprestes, e de Nossa Senhora da Conceição, na Carreira dos Cavallos.

A ermita de S. Gens foi fundada no monte em 1243 pelos frades de Santo Agostinho, que obtiveram por doação a propriedade do terreno e ali construíram também um modesto convento onde permaneceram até o ano de 1271, em que se estabeleceram em Almofala, actualmente Graça.

Foi na faldas do monte, ao pé do «Almocabar» dos Mouros, que S. Gens, no ano 66 da era christã, sofreu o martyrio.

A ermita de Santa Barbara foi mandada construir por Inacio Lopes de Moura, desembargador dos Aggravos, e todos os annos festejava com grande pompa a imagem. A ermita foi destruída pelo terremoto de 1755; no local existem actualmente magnificas propriedades.

Também já existia, alem do convento de Nossa Senhora da Penha de França, o da Nossa Senhora do Destino, que pertencia aos religiosos de S. Bernardo, fundado em 8 de Abril de 1591, actualmente trans-
formado em hospital dependente do hospital de S. José. Na igreja, independente do edifício hospitalar, veneram-se as imagens de Nossa Senhora do Destino e a do Senhor dos Passos. A irmandade goza de vários privilegios de concessão regia.

Em todo o distrito abundavam as fontes e poços, na maior parte dentro de hortas e quintas. Vamos mencionar as seguintes: Fontainhas, bica dos Anjos, do Destino, chafariz de Arroios, o antigo poço dos Mouros e Fonte do Louro.

A aguã que alimenta a bica das Fontainhas brota de um rochedo de grande profundidade da quinta velha da Bemposta, e tem um extenso caño revestido de cantaria, construído pelo senado em 1685, no reinado de D. Pedro II, e por onde um homem pôde andar à vontade. Numerosas pessoas, algumas de pontos distantes, servem-se da aguã que é considerada medicinal e de utilidade às molestias de bexiga.

Occuparíamos largo espaço se tentassemos fazer uma minuciosa informação histórica da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. O nosso desejo é, porém, seja-nos permitida a franqueza, tão sómente contribuir, posto que fracamente, para que se saiba, ainda que resumidamente, como começou a freguesia, qual o seu orago e o seu antigo distrito.

Não nos move outro desejo.

Melhor do que nós aparecerá, sem dúvida, quem, com melhor cópia de conhecimentos históricos e teológicos, possa derramar mais intensa luz sobre tão importante e curioso assunto. E oxalá que assim succeda, com o que muito terá a ganhar a instrução popular.

(Diário de Notícias, de 23 de novembro de 1907).

Nota.—A data certa da criação da freguesia dos Anjos não a posso documentar, mas já no reinado de D. João III se fazia sentir a necessidade de nova paróquia que se projectou estabelecer em Santo Antão da Mouraria (Colloginho), conforme se lê no documento publicado n-O Arch. Port., v, 278.

Fundou-se pelo meado do sec. xvi uma igreja que já no princípio do reinado de Filipe I estava tão arruinada que, em 3 de Janeiro de 1588, se expediu um alvará a pedido dos fregueses da igreja dos Anjos, com informação do Dr. Brás Ferreira, provedor dos resíduos e capelas de Lisboa, para serem pintados até 5:000 cruzados todos os que na freguesia tivessem casas, quintas, hortas, olivais, etc., cobrando-se a razão de 5 por cento do rendimento das suas fazendas com o fim de se fazer nova igreja pela traça approvada. Encontra-se este alvará nos Privilegios de Filipe I, liv. 1, fl. 200.

No mesmo anno, em 15 de Outubro de 1588, passa-se o alvará com o regimento da avaliação, cobrança e obras da igreja, nomeando-se juiz da obra D. Diogo de Lima, escrevão Manoel Godinho de Castel Branco, conselheiros Francisco Machado de Goios, Fernão de Sousa, Affonso de Torres de Magalhães, Antonio Garcez, Rui Gonçalves e Jeronimo Coelho, thesoureiro Gonçalo Coelho,
avaliadores Antonio Mendes e Antonio Gonçalves, todos moradores na freguesia. O registo do alvará acha-se nos *Privilegios* de Filipe I, liv. v, fl. 226.

O alvará de 14 de Dezembro de 1601, registado nos *Privilegios* de Filipe II, liv. iii, fl. 30, chamou Fernão de Souza de Castel Branco para exercer as funções
do juiz da obra da igreja dos Anjos, em logar de Manoel Antunes, fallecido, e para deputados da mesma obra o conego Nuno Alvares de Faria, Antonio Moniz Pereira, Manoel Barreto Cernige e Baltasar Pires Machado, em logar de outros que tinham fallecido.

Em 18 de Junho de 1611, a pedido de João Furtado de Mendonça, fidalgo da Casa Real, na qualidade de juiz das obras e finta da igreja dos Anjos, sob
informações do Dr. Sebastião de Carvalho, se lançou nova finta por espaço de quatro annos com destino às obras. No liv. xxix das Doações da chancellaria de Filipe II, a fl. 19 v, encontra-se o respectivo registo.

Essa finta ainda não foi suficiente, porquanto em 30 de Julho de 1621 o juiz das obras e fintas, Miguel Maldonado, alcançou novo alvará, com aprovação do Dr. Sebastião de Carvalho, deputado da Mesa da Consciência e Ordem, para se cobrar por mais treze annos a quantia destinada para a igreja dos Anjos, extra-muros de Lisboa. Ficou registado o alvará a p. 176 do liv. xxxviii de Doações da Chancellaria de Filipe III.

Em 20 de Julho de 1632 foram autorizados o juiz e oficiaes da contraria de Nossa Senhora dos Anjos a receber 10,000 réis de tença assente na casa do Pescado da cidade de Lisboa, que lhes deixou Jeronimo de Acha, contador dos contos do reino e casa, além de mais 12,5476 réis de juros particulares para mantimento de um capellão e para a fabrica da igreja. Acha-se no liv. xx da Chancellaria de Filipe III a fl. 323 v.

Numas averiguações que se fizeram em 1752 encontrei o seguinte:

«Sr João Manuel de Pontes — O que se me oferece dizer em execução das ordens de S. Mag.de dirigidas ao D. — Provedor das Capelas, he que nesta Igreja Prioral dos Anjos não ha Beneficios alguns, mas somente huma Coligia de onze Capilãens da Aprezentação do Ex. D. Rodrigo de Souza Coutinho; e cada hum dos quaes percebe annualmente a quantia de 62,35 réis pelo Real Erario ou repartição dos Juros Reaes.

Esta Igreja he da Aprezentação do Ex.mn Cardeal Patriarca. Não tem Dízimos, e o Paroço se sustenta das oblações dos seus Paroquianos. Não posse esta Igreja bens de qualidade alguma. Entendo que a Irmandade do S. desto Estado ou Freguesia posses alguns Prazos muito insignificantes; mas como a respeito da mesma irmandade se me não manda fazer averiguação alguma, não entro neste Exame.

Com isto penso ter satisfeito exactamente ao que da parte de S. Mag.de se me ordena. Fico ao dispor de V. M. e a que Deus guarde muitos annos. Lisboa, 4 de Agosto de 1797 — De V. mercê muito seu obrigado — João da Silva Barbosa».

(Autos de Inspeções para averiguar os numeros das Coligia de festa a que se se compõem com o seu total rendimento e Pa- droeiros do mesmo. No Desembargo do Paço, Cortes, Extremadura e Ilhas, maço 1946, n.º 7, fl. 17).

Dentro da freguesia ainda se encontram algumas habitações antigas, tais como as representadas nas gravuras juntas, que estão situadas na rua do Bom- formoso. O pintor Roque Gameiro reproduziu-as num quadro, vindo a gravura d'elle no Catalogo Ilustrado da Exposição do Rio de Janeiro em 1908.

Tem as referidas casas os numeros 93 a 104 e 109 a 113. A cruz que se encontra entre as portas 98 e 95 indica os limites das freguesias do Socorro e dos Anjos. O aspecto das casas não é muito diverso do que das habitações das outras regiões da Europa dos secc. xvi e xvii, pelo que se deduz que o cosmopolitismo arquitectonico não é só de hoje.

O que modificou extraordinariamente as nossas ruas foi a suppressão das aduñas ou rotulas, quer pela via policial, quer por espírito de imitação. Um passeio pelas ruas antigas de Lisboa dá, posto que apagada, uma impressão do que a cidade era há dois seculos.
Em 27 de Março de 1775, em pleno regime pombalino, publicou-se um edital para que os moradores de Lisboa reedificassem sempre as vidraças com todos os vidros, reformando-os, quando for preciso, dentro de três dias (J. P. Ribeiro, *Índice Chronologico*, n. 113).

O regime mariano não lhe ficou atrás, como se vê pela disposição de 18 de Abril de 1785.

Em 1661, um viajante inglês avisa os seus compatriotas vidraceiros que Lisboa era uma terra importante para a saída dos seus produtos, porquanto as habitações não tinham vidros nas janelas. Onde o português acharia motivo plausível para gracejo, o inglês encontrava o valor positivo da observação. (Sousa Viterbo, *O vidro e o papel*, 1903, p. 43, separata do *Instituto*).

**PEDRO A. DE AZEVEDO.**

---

**Antas do concelho de Ponte de Lima**

O presente escrito vem adicionar algumas unidades ao inventario, já copioso, mas ainda longe de ser completo, dos monumentos pré-históricos do nosso país denominados *antas, mamões* ou *mámoas*.

Depois de viver cerca de três anos na vila de Ponte de Lima, e quando já, apesar de bastantes pesquisas e passeios pelo concelho, desesperava de encontrar d’aquelles monumentos, dos quais julgava apenas restaria o onomástico, veio-me á mão, em princípios de 1909, o fio que me havia de conduzir ao encontro de uma boa porção d’elles, aqui mesmo ao pé da villa. É ao meu prezado amigo, o distinto médico Dr. Manoel Oliveira, que eu devo a descoberta. Para o pequeno mas valioso estudo que S. Ex.ª publicou no bello *Almanaque do Comércio do Lima para 1908*, sobre a restituição dos limites dados a Ponte de Lima no foral de D. Teresa, preciso elle de consultar o tombo paroquial de S. João da Ribeira, freguesia confinante com a villa; e, ao percorrê-lo, encontrou, na altura em que se trata da demarcação dos limites entre aquella freguesia e a de S. Bento, certas passagens para que me chamou a atenção.

Foi assim que pude descobrir as mamões do *Pinhal dos Carreiros* e do *Outeiro dos Casais*.

Pesquisas posteriores fizeram-me encontrar mais algumas junto ao *castello da Miranda* e em *S. Julião de Freixo*.

---

1 Na freguesia da Correlhã ha os logares da *Anta* e da *Mámoa*; a norte da collina de Santo Ovidio ha o monte de *Antelas*; a freguesia de S. Bento teve também o nome de S. Mamede de *Areia*, termo conhecido dos arqueólogos como aplicado ás antas em algumas localidades.